



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

Responsabilidades de Professoras|es num Contexto Multicultural

Introdução

1 – Competências Interculturais

- 1.1 Definições de Competência Cultural
- 1.2 Etnocentrismo vs. Etnorelativismo
- 1.3 As Razões e o Significado de Desenvolver Competências Interculturais
- 1.4 Como Medir Competências Interculturais
- 1.5 Definindo Responsabilidades de Professoras|es em Contextos Multiculturais

2 – O Conhecimento como o primeiro passo para Competências Interculturais

- 2.1 Universalidade e Abordagem de Direitos Humanos à Educação
- 2.2 Discriminação vs Inclusividade
- 2.3 O direito a ser ouvido|a na Sala de Aula
- 2.4 Os Instrumentos do Conselho da Europa
- 2.5 Educação Sustentável e ODS 2030

Introdução

Este módulo centra-se na sensibilização das|os professoras|es da importância das competências interculturais como ferramenta transformadora, capaz de aumentar competências semelhantes nas|os suas|seus alunas|os, representando assim um fator significativo de melhoria das suas qualificações profissionais futuras e de cidadania ativa dentro de uma sociedade europeia multicultural.

Este módulo também destaca as principais responsabilidades de professoras|es num ambiente multicultural (desconstruindo preconceitos, promovendo a diversidade, melhorando a escuta ativa, etc.).

Além disso, o módulo ajuda a aumentar as competências interculturais, nomeadamente, apresentando possíveis ferramentas de avaliação para professoras|es, a fim de analisar as suas competências interculturais atuais.

O módulo irá ajudar as|os professoras|es a reconhecerem as suas responsabilidades como agentes de uma educação mais inclusiva, propondo as seguintes medidas:

1. Adotar medidas relacionadas com a composição etnográfica das suas turmas;
2. Promover interações positivas entre as|os alunas|os, de forma a reduzir estereótipos, preconceitos e discriminações, e promover a diversidade entre estudantes;
3. Promover a aprendizagem cooperativa e criar novas oportunidades de aprendizagem;
4. Incentivar a análise crítica das|os alunas|os durante as discussões em sala de aula;
5. Desenvolver as competências profissionais necessárias para ultrapassar desafios numa turma multicultural.



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

Capítulo 1 – Competências Interculturais

1.1 Definições de Competência Cultural

Uma cultura global de direitos humanos exige competência na realização de diálogos interculturais. Além disso, é através do diálogo intercultural que membros de diferentes grupos aprendem umas sobre as outras. Os direitos humanos servem como um tema óbvio para aquelas/es que mantêm diálogos interculturais e, portanto, fazem parte de um programa destinado a levar a uma cultura de paz, uma vez que "a cultura da paz é acima de tudo uma cultura de construção da paz, prevenção e resolução de conflitos, educação para a não-violência, tolerância, aceitação, respeito mútuo, diálogo e reconciliação" (UNESCO, 2011a).

As escolas são um lugar central para cultivar tais competências e capacidades, como foi sublinhado pela UNESCO nas Orientações para a Educação Intercultural (UNESCO, 2006b). Mesmo assim, dada a sua relevância para a vida social e política, o âmbito das competências interculturais é muito mais amplo do que a educação formal. A competência intercultural inclui um conjunto variado de capacidades que demonstram que alguém é capaz de uma comunicação eficaz e construção de relacionamento dentro de outra cultura.

As competências interculturais são capacidades para navegar habilmente em ambientes complexos marcados por uma crescente diversidade de povos, culturas e estilos de vida, noutros termos, competências para realizar "de forma eficaz e adequada ao interagir com outros que são linguística e culturalmente diferentes de si mesmo" (Fantini & Tirmizi, 2006).

A *competência* inclui componentes cognitivos (de conhecimento), funcionais (aplicação do conhecimento), pessoal (comportamento) e éticos (comportamento orientador de princípios), portanto a capacidade de conhecer deve ser adaptada à capacidade de falar e agir adequadamente em contexto; a ética e a consideração dos direitos humanos influenciam tanto o discurso como as ações.

Intercultural descreve o que ocorre quando membros de dois ou mais grupos culturais diferentes (de qualquer tamanho, em qualquer nível) interagem ou se influenciam de alguma forma, seja pessoalmente ou através de várias formas mediadas.

Recursos Online

What is Intercultural competence?

http://www.gcu.ac.uk/media/gcalwebv2/theuniversity/centresprojects/globalperspectives/Definition_of_Intercultural_competence.pdf

This article presents the definition of intercultural competence and describes its elements included.

Intercultural competence: how is it defined?

<http://cmm330interculturalcommunication.pbworks.com/w/file/fetch/72877280/Pusch-2009-The%2520interculturally%2520Competent%2520Global%2520Leader.pdf>

This article identifies the components of intercultural competence resulted in a diagram that was a composite of the consensus reached by a panel of experienced interculturalists that included trainers, researchers, and international educational program administrators within the United States, Canada, and the United Kingdom.

Theory Reflections: Intercultural Competence Framework/Model

http://www.nafsa.org/_file/_theory_connections_intercultural_competence.pdf

In this article, author D. K. Deardorff analyses the meaning of successfully interaction within those from different cultures, and discloses the concept of intercultural competence grounded on her research, which led to the development of an intercultural competence framework/ model.



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

Building intercultural competence in the language classroom

<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1160&context=teachlearnfacpub>

The article reviews and summarizes the literature on intercultural competence and intercultural communicative competence, in order to better, understand various models of intercultural communicative competence, examples of cultural tasks that promote intercultural communicative competence and represent best practices in language teaching.

A 21st Century Imperative: Integrating Intercultural Competence in Tuning

<http://www.tuningjournal.org/article/view/765/1081>

With the growing diversity in the world today, beyond national diversity, intercultural competence cuts across disciplines, subjects, and contexts. This paper highlights the first research-based definition and framework of intercultural competence, which can be translated into any subject and context and makes the case for why intercultural competence must be embedded into Tuning Frameworks around the world.



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

1.2 Etnocentrismo vs. Etnorelativismo

Diferenças culturais divididas em duas etapas: etnocentrismo e etnorelativismo.

W. G. Sumner cunhou o termo etnocentrismo em 1906. Caracterizou-o como levando muitas vezes ao orgulho, vaidade, crenças da superioridade do próprio grupo e desprezo por pessoas de outras culturas. Mas essa caracterização foi criticada por antropólogos como R. K. Merton, F. Boas e B. Malinowski. O etnocentrismo é julgar outra cultura unicamente pelos valores e padrões da própria cultura. Os indivíduos etnocêntricos julgam outros grupos em relação ao seu próprio grupo étnico ou cultura, especialmente no que diz respeito à língua, comportamento, costumes e religião. Existem três etapas principais do etnocentrismo: 1) negação (experiência individual); 2) defesa (aqui são capazes de reconhecer a diferença entre as culturas, mas de certa forma, protegem o seu próprio interesse); 3) minimização (todos somos humanos, todos são iguais a mim). O etnorelativismo afirma que nenhuma cultura é superior a outra (reconhece as diferenças entre as culturas e defende a adaptação e a acomodação). O etnorelativismo é uma crença baseada no respeito profundo e sentido por outras culturas que todos os grupos, culturas ou subculturas são inerentemente iguais. Outras culturas não devem ser vistas como melhores ou piores, mas como visões do mundo igualmente válidas, mas diferentes e complexas. O etnorelativismo é dividido em três fases:

- 1) **Aceitação** (apreender a importância da diferença cultural, uma nova maneira de ver o mundo. As pessoas aceitam a existência de outros contextos culturais e pensam desta forma porque têm uma atitude mais tolerante e compreensiva em relação à diferença).
- 2) **Adaptação** (empatia intercultural, interpretação e avaliação de mais do que uma perspectiva cultural, uma nova maneira de atuar, encorajando a pesquisa e expandindo a própria visão do mundo para entender com precisão outras culturas, adaptando-se às diversas culturas).
- 3) **Integração** (define-se como aculturação ou assimilação da cultura).

O etnocentrismo e o etnorelativismo são uma medida de quanto e como nos relacionamos com as[os] outras[os]. O espectro do etnocentrismo-etnorelativismo, referido acima, passa da negação, defesa e minimização do lado do etnocentrismo, para aceitação, adaptação e, finalmente, integração do lado do etnorelativismo.

Recursos Online

Basic Intercultural Terminology

<https://s3.amazonaws.com/woca-s3/telligent.evolution.components.attachments/13/1637/00/00/00/65/16/ICL+Terminology+for+AFS+%26+Friends.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJC2S635RRRB3EOPQ&Expires=1506374354&Signature=oRICR0uD1QUuGbJL6%2bbAFoL2tIU%3d>

This paper presents the main definitions commonly used in the intercultural field, but does not intend to cover all the possible explanations for each of these terms.

Becoming interculturally competent

http://www.idrinstitute.org/allegati/IDRI_t_Pubblicazioni/1/FILE_Documento.pdf
https://issuu.com/nerijusmiginis/docs/from_ethnocentrism_to_ethnorelativi

The article presents the Developmental Model of Intercultural Sensitivity (DMIS) (M. Bennett, 1986, 1993; J. Bennett & M. Bennett, 2003, 2004). The authors outline that people became more interculturally competent it seemed that there was a major change in the quality of their experience, which called the move from ethnocentrism to ethno relativism.



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

The Impact of Intercultural Sensitivity on Ethnocentrism and Intercultural Communication

Apprehension http://digitalcommons.uri.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1032&context=com_facpubs

This study explores the relationship among the variables ethnocentrism, intercultural communication apprehension, and intercultural sensitivity. This article presents also the results of the survey has been done in the northeastern area of the United States.

Teachers' perceptions of cultural differences: ethnocentric and ethnorelative worldview in school context <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED568669.pdf>

The author B. M. Dimitrijevic examines two different cases - ethnocentric and ethnorelative worldview in the school context in Serbia. Researcher point out that many of the teachers are faced with a challenge of diversifying classrooms regarding the cultural background of the students. How people perceive cultural differences and what is their competence to effectively act in situations that involve different cultures are presented in details and discussed.

Constructivist foundations of intercultural education: implications for research and teacher training <https://eric.ed.gov/?id=ED567115>

The paper shows that the teachers' personal dispositions are crucial for performing specific functions and tasks in teaching (e.g. Klieme & Hartig, 2008; Lipowski, 2006). Such dispositions correspond to deeply held beliefs, values and norms, which are strongly anchored in individuals' subjective theories. These theories may interfere with the normative claims inherent to the officially taught concepts how to teach productively in culturally diverse settings.



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

1.3 As Razões e o Significado de Desenvolver Competências Interculturais

As competências interculturais têm vindo a receber cada vez mais atenção na educação do século XXI. As competências interculturais referem-se à capacidade de compreender as culturas, incluindo a sua, e usar essa compreensão para comunicar com pessoas de outras culturas com sucesso. Vários elementos-chave de competências de comunicação intercultural, como a mente aberta, a elevada tolerância à ambiguidade, a empatia cultural são necessários para construir uma comunicação bem-sucedida entre as sociedades globais. Há muitos aspectos necessários para ajudar professoras|es a identificar a força e as fraquezas das|os suas|seus alunas|os quanto à eficácia e adaptabilidade na comunicação intercultural.

- Deteção do próprio etnocentrismo
- Lidar com coisas que parecem estranhas
- Lançar as bases para a tolerância
- Aceitar as diferenças étnicas
- Falar sobre o racismo
- Acentuar coisas em comum
- Incentivar a solidariedade
- Formação em técnicas de resolução de conflitos – para lidar com conflitos culturais e relativismo cultural
- Conhecer a possibilidade de aprender umas|uns com as|os outras|os e enriquecer a vida através do contacto cultural
- Desfazer as fronteiras através da compreensão da responsabilidade global de todas|os.

É importante notar que a obtenção de competências interculturais não é um processo unidirecional, mas um desenvolvimento interativo, que exige tanto a capacidade de enfatizar os aspetos comuns da vida humana como a vontade de resolver conflitos que emergem das diferenças entre pessoas de diferentes contextos culturais. A competência intercultural é uma das principais capacidades que as|os alunas|os precisam para funcionar efetivamente na sociedade da informação. Podemos afirmar que a competência intercultural individual é o resultado do desenvolvimento de capacidades interpessoais que resultam dos seguintes aspetos: a motivação para comunicar efetivamente com alguém de uma cultura diferente; estar preparada|o para aprender as competências necessárias para uma comunicação eficaz; a capacidade de colocar esse conhecimento em uso. Muitas vezes, algumas das competências interculturais individuais são obtidas através de um curso de línguas desenhado para facultar informações sobre aspetos culturais e especialmente comportamentais do dia-a-dia no país de acolhimento. Também para imigrantes e refugiadas|os, a competência intercultural é indispensável para a integração na sociedade.

Recursos Online

Developing the Intercultural competence through Education

http://www.academia.edu/3150166/Developing_Intercultural_Competence_through_Education

This article presents the core of understanding the intercultural competence in presenting main the main principles of the Council of Europe. Moreover, the paper highlights the significance of intercultural competence and presents the methods how develop it in the real way.

Methodology for development of intercultural competence.

http://incom-vet.eu/wp-content/uploads/2015/09/1_METHODOLOGY-FOR-DEVELOPMENT-OF-INTERCULTURAL-COMPETENCE.pdf

This paper presents the achieved results of the partner team (Italy, Germany, Lithuania, Estonia, Finland) within the project “Development of intercultural competence of students and trainers in EU VET institutions”



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

in 2013. This methodological material also is useful for secondary school teachers whose can adopt the methods and best practice in the school level.

Intercultural Education in the European Context: Analysis of Selected European Curricula

file:///D:/Downloads/S_Puzic_ENG.pdf

The author emphasizes the declarative orientation of European countries towards an intercultural approach (primarily through the work of the Council of Europe and other European institutions), but at the same time the approach is not yet well-established in practice, which can be seen from the fact that there is no common European model of intercultural education yet. Starting from the observation, the second part of the article provides an analysis of the way several national curricula in Europe promote cultural diversity in their own contexts. On the basis of the analysis of elements of intercultural education in the selected curricula, the author emphasizes the diversity of approaches and classifies them into three basic types: liberal, multicultural and intercultural. According to the author, this typology corroborates the thesis that intercultural policies are still the by-product of the respective general national educational and cultural policies.

1.4 Como Medir Competências Interculturais

Uma das questões mais relevantes e complexas para investigadoras|es e professoras|es é como medir as competências interculturais. A maioria das|os cientistas aponta para o facto de não existir uma única ferramenta que seja suficiente para avaliar de forma adequada a aprendizagem intercultural. De acordo com D. K. Deardorff, a avaliação da competência intercultural deve passar por uma abordagem com várias medidas, métodos e perspetivas.

De acordo com esta abordagem para a avaliação da competência intercultural, devem ser incluídos vários métodos de avaliação: auto-avaliação, documento de reflexão, análises crítica de incidentes, entrevistas e observação de situações comportamentais específicas, contextos, estudos de simulação e longitudinais. É muito importante na avaliação da competência ver como uma pessoa interage com outras, que tipo de comportamento é demonstrado em situações da vida real.

Ao avaliar a competência intercultural, é importante definir os elementos estruturais interculturais da competência intercultural. D. K. Deardorff indica os seguintes componentes de competência intercultural que são relevantes para a avaliação:

1. *Atitudes*: respeito, abertura, curiosidade e descoberta (tolerando a ambiguidade).
2. *Conhecimento e compreensão*. Autoconsciência cultural, profundo conhecimento cultural; competências: ouvir, observar e avaliar, analisar, interpretar e relacionar
3. *Resultado externo desejado*: comunicação e comportamento eficazes e adequados numa situação intercultural
4. *Desempenho interno desejado*: mudança do próprio quadro de referências (adaptabilidade, flexibilidade, visão etnorelativista, empatia).

Existem várias maneiras de avaliar a competência intercultural: avaliação formativa e sumativa, avaliação direta e indireta.

Recursos Online

How to Assess Intercultural Competence. Darla K. Deardorff (8 chapter) Research Methods in Intercultural Communication – A Practical Guide.

https://books.google.it/books?hl=it&lr=&id=KHjiCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA120&dq=how+to+measure+intercultural+competences&ots=f1wb4qPeA&sig=QYuYsz7QrurXaDjHn3jxmeJ814k&redir_esc=y#v=onepage&q=how%20to%20measure%2



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

[Intercultural%20competences&f=false](#)

This article shows that the assessment of intercultural competence delivered from different perspectives. The authors analyze of the main objectives and tasks of the evaluation, present a variety of assessment methods, and examples of intercultural competence assessment.

Guidelines for Assessing Intercultural Communicative Competence (ICC)

<http://archive.ecml.at/mtp2/lccinte/results/en/assessing-competence-5.htm>

This Guide presents the main concepts of assessment of the intercultural competence, presents the specific evaluation criteria, and indicates the assessment methods as well. Educators can choose most suitable form/or manner from a wide range of evaluation methods.

V. Matveev, M. Y. Merz. Intercultural Competence Assessment:What Are Its Key Dimensions Across Assessment Tools?

http://www.iaccp.org/sites/default/files/stellenbosch_pdf/Matveev.pdf

This article presents peculiarities of the assessment of intercultural competences, examines various evaluation tools, indicating the strengths and weaknesses of each instrument.

1.5. Definindo Responsabilidades de Educadoras|es em Contextos Multiculturais

Na sociedade contemporânea, cada vez mais heterogênea, a natureza dos papéis e das atividades de pedagogas|os está a mudar, o que significa que devem ter adquirido competência de educação intercultural e estar constantemente a melhorá-la. A principal missão da|o professora|r é assegurar uma educação de elevada qualidade para todos os membros da sociedade, reconhecendo e respeitando a diversidade, tomando em consideração as capacidades e necessidades de cada indivíduo, evitando qualquer discriminação. Para que a|o professora|r implemente isto, deve ser positivo em relação a diferentes grupos culturais, mostrar respeito por cada aluna|o, aprender sobre a sua cultura e mostrar interesse por outras, ouvir as necessidades da criança, interessar-se pela família da|o aluna|o e o seu contexto, ser capaz de gerir conflitos, etc. A|o professora|r também deve estar familiarizada|o com os vários programas de desenvolvimento curricular, métodos educativos e aplicá-los num grupo multicultural. A responsabilidade da|o professora|r é organizar a educação intercultural, por isso é muito importante que a|o professora|r compreenda o seu papel nela. L. Ponciano, A. Shabazin (2012) destacaram o papel de pedagogas|os na implementação de várias estratégias para a educação multicultural:

- *Uma estratégia para a educação multicultural*, com foco na garantia da igualdade de oportunidades para as crianças, para o desenvolvimento do respeito pela diversidade do grupo (Banks, 2004). O papel da|o professora|r na criação de um ambiente que reflete diferenças culturais e linguísticas na escola é relevante uma vez que é considerado determinante na educação para o reconhecimento da diversidade e seu valor. A|o professora|r deve usar uma variedade de estilos de ensino, métodos para trabalhar numa turma aula multicultural.

- *Um currículo imparcial destinado a prevenir a discriminação na sociedade.* A|o professora|r deve apresentar as|os alunas|os a direitos, suas violações e defesa, para permitir que as|os alunas|os sejam ouvidos, para desenvolver atitudes positivas para a diversidade da sociedade.
- *Estratégia de Formação de Interação Intercultural.* A essência da educação intercultural é encorajar as crianças a partilhar suas experiências culturais numa comunidade escolar multicultural. Formas positivas e construtivas de recorrer à|o professora|r para desenvolver a tolerância na diversidade da sociedade ajudam as crianças a compreender a sua singularidade e a de cada pessoa. A|o professora|r pode fazer muito trabalho desenvolvendo uma atitude positiva em relação à diversidade de pessoas usando métodos simples: resposta rápida a situações de conflito, demonstração de comportamento respeitoso (verbal e não verbal), compreensão dos medos da criança, criando



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

oportunidades para comunicar com diferentes pessoas.

Estudos de Banks (2004) mostraram que um método eficaz para melhorar a cultura escolar é a responsabilidade de professoras/es de implementar objetivos essenciais, desenvolvendo competências básicas e construindo confiança nas crianças. É muito importante que a/o professor/a|r assuma responsabilidade pelos objetivos da educação multicultural, tenha grandes expectativas para todos os grupos culturais de crianças e inicie cooperação com os pais.

Recursos Online

The first international conference „Practicum of Future Pedagogues, Teachers and Kindergarten teachers in Multicultural environments – Experiences, Challenges” 27-29, November, 2014. Faculty of Philosophy St. Cyril and Methodius

https://www.researchgate.net/publication/285589685_challenges_for_teachers_in_multicultural_classrooms

The articles presented in the conference address the challenges faced by teachers working in multicultural classes, presenting the pedagogical experience of different countries in coping with these challenges.

TEACHERS EDUCATION. Policies and Practices for Teaching Sociocultural Diversity–Surveys report on initial education of teachers on Sociocultural Diversity. By Anne-Lise Arnesen, C. Birzea, B.Dumont, M. Â. Essomba, E. Furch , A.Vallian, F.Ferrer

http://www.coe.int/t/dg4/education/diversity/Source/Volume_1_En.pdf

The publication presents the experience of different countries in developing pedagogical competencies for dealing with socio cultural diversity and inclusion in education. The presentation of the Council of Europe project on Socio-Cultural Diversity Training Policies and Practices.

G. Gay. Teaching To and Through Cultural Diversity

<https://www.wou.edu/~kaguzman11/curi12002.pdf>

This article discusses the peculiarities of student involvement in the learning process of different cultural groups, adaptation of curricula, pedagogical attitudes and activities in a multicultural environment.

Cathy Kea, Gloria D. Campbell –Whatley , Heraldo V. Richards. Becoming culturally responsive educators: rethinking teacher education pedagogy

https://www.champaignschools.org/sites/default/files/Teacher_Ed_Brief.pdf

This publication presents opportunities for educators to ensure pupils from different social and cultural environments have the potential to engage in school life. The publication discusses the importance of teachers' communication with parents, the possibility of utilizing community resources in the process of education.

Mary James-Edwards. Multicultural educators as change agents. Online journal of the international child and youth care network (cyc-net), Issue 96 January, 2007

<http://www.cyc-net.org/cyc-online/cycol-0107-james-edwards.html>

This article describes the deep self-reflection, characteristic attitudes, and critical skills that will help educators act as change agents to create multicultural environments in their schools.



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

Capítulo 2 – O conhecimento como o Primeiro Passo para as Competências Interculturais

2.1 Universalidade e Abordagem de Direitos Humanos à Educação

O direito à educação, a nível universal, foi, em primeiro lugar, reconhecido como um direito humano no artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), afirmando que "todas/os" têm direito à educação. A palavra "todas/os" é enfatizada para acentuar que o direito à educação é assumido como disponível para todas/os, sem exceção. Entre outros importantes documentos universais, regionais e nacionais, existem textos relevantes sobre a proteção do direito à educação, tais como declarações, recomendações, planos de ação e, em particular, o movimento Educação para Todos (EFA), garantindo o direito de educação para todas/os, independentemente das diferenças individuais e culturais. Enfatiza a necessidade de proporcionar acesso à educação para grupos tradicionalmente marginalizados, incluindo, entre outros, migrantes e minorias linguísticas e culturais. O direito à educação é, portanto, um direito humano, universal e inalienável, apoiado por vários compromissos internacionais. Os conceitos, direitos e educação, estão completamente misturados, uma vez que se definem mutuamente.

Uma abordagem baseada em direitos humanos para a educação, contrastando com a abordagem de desenvolvimento baseada na necessidade da educação, visa "assegurar a cada criança uma educação de qualidade que respeite e promova o seu direito à dignidade e ao melhor desenvolvimento" (UNESCO, 2007). Esta abordagem tem como objetivo uma "perspectiva holística, abordando o acesso à educação, à qualidade educativa e ao contexto em que a educação se realiza, com base em princípios universais de direitos humanos", representando ambientes dinâmicos e "diferentes ambientes de aprendizagem e diferentes alunas/os, sendo necessária uma implementação efetiva. Uma escolaridade respeitadora dos direitos humanos - tanto em palavras como em ações, nos livros escolares e no pátio da escola - é parte integrante da realização de uma educação de qualidade para todas/os, visando a transformação social" (*Ibid*). A educação para os direitos humanos (EDH), de acordo com o Plano de Ação da Década das Nações Unidas para a EDH, pode ser definida como formação, disseminação e esforços de informação destinados a construir uma cultura de direitos humanos através da divulgação de conhecimentos e competências e moldagem de atitudes. O artigo 1º da Declaração das Nações Unidas sobre Educação e Formação em Direitos Humanos sublinha que "a educação e a formação em matéria de direitos humanos são essenciais para a promoção do respeito universal e efetivo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais de todas as pessoas, em conformidade com os princípios da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos". Essa educação exige, inerentemente, a adoção de princípios baseados em direitos humanos, incluindo a "não discriminação e inclusão, dignidade e respeito, responsabilidade, participação e empoderamento de alunas/os, comunidade educativa e pais na sua estrutura organizacional, processos e procedimentos de governação" (OSCE, 2012).

Recursos Online

A Human Rights Based-Approach to Education for All: a framework for the realization of children's right to education and rights within education. 2007

<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001548/154861E.pdf>

This document brings together the theory and practice on human rights based approaches in the education sector, providing a framework for policy and programme development from the school level to the national and international levels.

Manual on Rights-Based Education: global human rights requirements made simple. 2004

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001351/135168e.pdf>

This manual is a reference tool outlined for policy-makers and practitioners in education and aims at



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

translating globally-accepted human rights standards into guidelines for national education strategies and has been written as a reference tool for, as well as for those working in international development co-operation.

Understanding Human Rights: manual on human rights education. 2012

http://www.etc-graz.at/typo3/fileadmin/user_upload/ETC-Hauptseite/manual/versionen/english_3rd_edition/Manual_2012_FINAL.pdf

The manual consists of a general introduction into the basics of human rights, a special part with selected modules and an additional resources part, which contains methodological hints, useful information and references to further reading and on-line resources.

The Human Rights Education Toolbox: a Practitioner's Guide to Planning and Managing Human Rights Education. 2016

http://hrbaportal.org/wp-content/files/hre_eng.pdf

This toolbox aims contributing to an ongoing learning process among educators on how to strengthen educational planning and implementation, through a structured approach, being human rights-based principles reflected in the content and in the methodologies applied.

Guidelines on human rights education for secondary school systems. 2012

<http://www.osce.org/odihr/93969?download=true>

These guidelines, supporting systemic and effective human rights learning for all young people, offers a list of key materials to assist in planning, implementing and evaluating human rights education in schools.

All Human Beings... A manual for human rights education. 1998

<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001147/114788e.pdf>

This practical illustrated manual/guide provides ideas for educational activities to be developed in primary and secondary schools, providing useful documentation, specific teaching materials and practical exercises.

Human Rights Education in the School Systems of Europe, Central Asia and North America: A Compendium of Good Practice. 2009

<https://www.osce.org/odihr/39006?download=true>

This compendium includes descriptions and actual samples of successful education initiatives in the fields of human rights and democratic citizenship education, as well as educational practices aimed at fostering mutual respect and understanding from Europe, North America and Central Asia.

Human Rights Education in Primary and Secondary School Systems: A Self-assessment Guide for Governments. 2012

<http://www.ohchr.org/Documents/Publications/SelfAssessmentGuideforGovernments.pdf>

This publication aims at assisting national authorities responsible for the school system with practical guidance to integrate human rights education in primary and secondary education and details important theoretical information regarding human rights education and human rights-based approach to education important for teachers.

A Path to Dignity: The Power of Human Rights Education. 2011

<http://www.path-to-dignity.org/>

It is a 28-minute movie presenting three stories illustrating the impact of human rights education respectively on school children (India), law enforcement agencies (Australia) and women victims of violence (Turkey).



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

Human Rights Based-Approach to Development Cooperation

<http://hrbportal.org/the-human-rights-based-approach-to-development-cooperation-towards-a-common-understanding-among-un-agencies>

A common understanding among UN agencies, funds and programmes applying a consistent Human Rights-Based Approach to common programming processes at global and regional levels, and especially at the country level.

Guidelines for Inclusion: Ensuring Access to Education for All. 2005

<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001402/140224e.pdf>

A UNESCO's guideline to assist countries in making National Plans for Education more inclusive.

United Nations Declaration on Human Rights Education and Training. 2011

[http://www.ohchr.org/EN/Issues/Education/Training/Compilation/Pages/UnitedNationsDeclarationonHumanRightsEducationandTraining\(2011\).aspx](http://www.ohchr.org/EN/Issues/Education/Training/Compilation/Pages/UnitedNationsDeclarationonHumanRightsEducationandTraining(2011).aspx)

Resolution of the General Assembly on 19 December 2011 [on the report of the Third Committee (A/66/457)] 66/137 adopting the United Nations Declaration on Human Rights Education and Training.

2.2 Discriminação vs Inclusividade

Ao debater a educação, é fundamental enfatizar a importância do reconhecimento da diversidade cultural e a necessidade de desafiar os preconceitos vinculados a determinantes de género, raça, religião, deficiência e diversidade cultural, entre outros, que, em última instância, levam à discriminação. Por conseguinte, é muito pertinente desenvolver a noção de interculturalidade nos sistemas educativos multiculturais, uma vez que é importante procurar alternativas que questionem currículos etnocêntricos e práticas de homogeneização dentro da sala de aula. Por conseguinte, é importante preparar professoras/es e alunas/os para atuarem em sociedades cada vez mais multiculturais. A diversidade individual e social deve ser celebrada e valorizada através de um diálogo intercultural - devemos educar dentro e para a interculturalidade. Conforme sublinharam as Orientações para a Educação Intercultural da UNESCO (UNESCO Guidelines on Intercultural Education, 2006), "num mundo que experimenta mudanças rápidas e onde as mudanças culturais, políticas, económicas e sociais desafiam os modos de vida tradicionais, a educação tem um papel importante a desempenhar na promoção da coesão social e da convivência pacífica". Assim, é essencial desenvolver currículos/programas, projetos, atividades dentro das escolas e, mais particularmente, dentro da sala de aula para incentivar um diálogo intercultural. A educação e, em particular, a educação intercultural tem um impacto significativo na inclusão como um caminho para combater a discriminação. No entanto, o direito à educação não sugere, automaticamente, inclusão. O movimento "Educação para Todos: Enfrentar nossos Compromissos Coletivos" (World Education Forum, 2000) é particularmente importante para o conceito de educação inclusiva, pois o termo "inclusivo" foi usado em Dakar, destacando a necessidade de "formular políticas de educação inclusiva e conceber currículos diversificados e sistemas de entrega de educação para atender a população excluída por razões de género, idioma, cultura ou diferenças individuais".

Por fim, a ideia de inclusão visa permitir que as/os alunas/os pertençam a um ambiente educativo que valorize a individualidade, ou seja, a inclusão não pressupõe apagar as diferenças. A diferença existe, e essa diversidade é um valor acrescentado, uma oportunidade reconhecida de desenvolvimento e crescimento. É, portanto, responsabilidade de cada escola desenvolver soluções para lidar com a diversidade e promover o respeito pela diferença.



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

Recursos Online

UNESCO Guidelines on Intercultural Education, 2006

<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001478/147878e.pdf>

A contribution to a better understanding about intercultural education and a practical resource for teachers and learners, curriculum developers, policy makers and community members alike, and all those who wish to promote Intercultural Education.

Intercultural competence for all: Preparation for living in a heterogeneous world. (2012)

http://www.coe.int/t/dg4/education/pestalozzi/Source/Documentation/Pestalozzi2_EN.pdf

The book proposes itself as a reader on the current state of work with regard to the development of intercultural competence for all citizens in Europe.

Teaching Respect for All: Implementation Guide. 2014

<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227983E.pdf>

A joint UNESCO-United States of America-Brazil project launched in January 2012 to counteract discrimination both in and through education. Focus on the formal and informal classroom, targeting learners of 8-16 years old.

Inclusive education where there are few resources. 2008

<http://www.eenet.org.uk/resources/docs/IE%20few%20resources%202008.pdf>

A book, by Sue Stubbs, about the concept of Inclusive education: an overview; opportunities and challenges: case studies and examples.

A Teacher's Guide on the Prevention of Violent Extremism. 2016

<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002446/244676e.pdf>

A guide for teachers on the Prevention of Violent Extremism through education.

Guidelines for Educators on Countering Intolerance and Discrimination against Muslims: addressing Islamophobia through Education. 2011

<http://www.osce.org/odihr/84495?download=true>

A resource developed to support educators in countering intolerance and discrimination against Muslims. They are intended for a wide audience, including education policymakers and officials, teacher trainers, teachers, principals and head teachers, staff in teacher unions and professional associations, and members of NGOs. The Guidelines are relevant for both primary and secondary education and can also be used in non-formal education settings.

Investing in Cultural Diversity and Intercultural Dialogue. 2009

<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001852/185202E.pdf>

UNESCO World Report extends the reflection on culture to cultural change itself, highlighting the dynamic nature of cultural diversity and its capacity to renew our approaches to sustainable development, the effective exercise of human rights, social cohesion and democratic governance.



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

2.3 O Direito a ser Ouvida|o na Sala de Aula

O direito da criança a ser ouvida está consagrado no artigo 12º (direito à participação) da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC, 1989), cujo parágrafo 1 capacita a criança a expressar as suas opiniões e o parágrafo 2 consagra o direito da criança a ser ouvida. Houve um grande desenvolvimento no direito da criança à participação e a ser ouvida com a entrada em vigor do Protocolo Facultativo à CDC Relativo à Instituição de um Procedimento de Comunicação (2014) que estabelece, no âmbito do Comité de Direitos da Criança das Nações Unidas, um procedimento de queixa internacional para violações dos direitos da criança, permitindo que a criança ou a|o sua|seu representante legal se queixe de uma violação, por parte de um Estado-Membro, dos direitos estabelecidos na CDC ou nos seus protocolos facultativos.

O direito da criança a ser ouvida estabelece a obrigação de várias|os intervenientes, nomeadamente, Estados e sociedade civil, para ouvir os pontos de vista da criança. Ouvir a criança é extremamente importante porque a sua participação irá contribuir para o seu desenvolvimento pessoal, para uma melhor tomada de decisão e resultados, para proteger melhor a criança, desenvolver a sociedade civil, a tolerância e o respeito pelas|os outras|os, bem como para fortalecer a responsabilização. (V. Guia de Recursos do Comité da ONU sobre os direitos da criança comentário geral n.º 12., UNICEF/Save the Children. 2009) De acordo com o Comentário Geral nº 12 e o Guia referido acima, devem ser tomadas medidas para implementar o direito da criança a ser ouvida em várias situações, nomeadamente, na família, em cuidados alternativos, em cuidados de saúde, nas brincadeiras, no recreio, no desporto e atividades culturais, nos *media*, em situações de violência e na educação. Neste caso em particular, as crianças devem ter a hipótese de se envolver em decisões individuais que afetem o seu caminho educativo e nas políticas educativas. Além disso, o desenvolvimento de uma aprendizagem participativa centrada na criança, dos ambientes escolares democráticos e das organizações nacionais de estudantes devem ser encorajados. A participação da criança pode ser estimulada por técnicas consultivas, colaborativas e lideradas por crianças num ambiente favorável às crianças e com o apoio de métodos de trabalho fundados em certos princípios como a transparência, a inclusão, a ética, o respeito, a segurança e a responsabilidade. Esta metodologia pode exigir alguma formação específica para todas as partes interessadas.

Recursos Online

Every Child's Right to be Heard: a resource guide on the UN Committee on the rights of the child general comment no. 12. , Unicef/Save the Children. 2011

https://www.unicef.org/french/adolescence/files/Every_Childs_Right_to_be_Heard.pdf

According to the author, Gerison Lansdown, this resource guide is based on and elaborates the UN Committee on the Rights of the Child General Comment No. 12, 'The Right of the Child to be heard'.

General Comment no. 12, The Right of the Child to be Heard. 2009

<http://www2.ohchr.org/english/bodies/crc/docs/AdvanceVersions/CRC-C-GC-12.pdf>

This general comment has been elaborated by the United Nations Committee on the Rights of the Child and presented at its 51st session, in Geneva, 25 may-12 june, 2009. The "overall objective of the general comment is to support States parties in the effective implementation of article 12", by explaining in detail its legal scope and meaning as well as its implications to several actors, namely, States and civil society.

Understanding Human Rights: manual on human rights education. 2012

http://www.etc-graz.at/typo3/fileadmin/user_upload/ETC-

[Hauptseite/manual/versionen/english_3rd_edition/Manual_2012_Human_Rights_Child.pdf](http://www.etc-graz.at/typo3/fileadmin/user_upload/ETC-Hauptseite/manual/versionen/english_3rd_edition/Manual_2012_Human_Rights_Child.pdf)

The manual consists of a general introduction into the basics of human rights. This chapter on the Human Rights of the Child includes considerations on the child's right to participation, additional resources,



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

methodological hints, useful information, references to further reading and on-line resources.

European Union Study on Child Participation. 2015

http://ec.europa.eu/justice/fundamental-rights/files/rights_child/child_participation_the_ec_study_on_legislation.pdf

This is a study carried out in 2015, by the European Commission, which includes an outline of legislation, policy and practice on child participation in all 28 EU Member States.

Recommendation CM/Rec (2012)2 of the Committee of Ministers to Member States on the participation of children and young people under the age of 18

https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016805cb0ca

This recommendation sets out a pragmatic approach for the implementation of article 12 of CRC.

The Right Of Children To Be Heard: Children's Right To Have Their Views Taken Into Account And To Participate In Legal And Administrative Proceedings. 2009

<https://www.unicef-irc.org/publications/553/>

Abstract: This paper addresses the right of children to be heard in any judicial or administrative proceeding affecting them. It introduces the subject based on examples from the laws and practices of 52 countries around the world. This paper is addressed primarily to child rights advocates, researchers, legal practitioners and other professionals working in the area of children and the law.

Convention on the Rights of the Child, 1989.

https://www.unicef.org/crc/index_30160.html

Unicef official website containing several information and working materials on the rights of the child, including on the Convention on the Rights of the Child and the child's right to be heard.

Child Participation Bibliography

http://ec.europa.eu/justice/fundamental-rights/files/rights_child/child_participation_bibliography.pdf

This document published at the European Commission Website lists a relevant number of bibliography on child's participation.

2.4 Os Instrumentos do Conselho da Europa

O Conselho da Europa (www.coe.int) é uma organização internacional com o objetivo de desenvolver valores como os direitos humanos, a democracia e o estado de direito na Europa. Foi fundada em 1949, tem atualmente 47 Estados-Membros e tem a sua sede em Estrasburgo, na França. Os Estados-Membros assinaram a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, um tratado destinado a proteger os direitos humanos, a democracia e o estado de direito. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos é um órgão judicial permanente e supervisiona a implementação da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. O Conselho da Europa também inclui o Secretário-Geral (lidera e representa a organização, sendo responsável pela sua gestão estratégica); o Comité de Ministros (órgão deliberativo - ministros dos Negócios Estrangeiros de cada Estado-Membro), a Assembleia Parlamentar (fórum de debate); o Congresso de Autoridades Locais e Regionais (responsável pelo fortalecimento da democracia local e regional nos estados membros); o Comissário para os Direitos Humanos (aborda e chama a atenção de forma independente para as violações dos direitos humanos e promove a consciencialização para os direitos humanos); As organizações não-governamentais internacionais (INGO - trazem a voz da sociedade civil para o Conselho) (<http://www.coe.int/en/web/about-us/structure>).

O Conselho da Europa, sendo responsável pela promoção e proteção dos direitos humanos e um "guardião



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

da democracia e do estado de direito", desenvolveu uma diversidade de recursos importantes, através de legislação específica (por exemplo, a Carta do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos - Recomendação CM / Rec (2010)7) e atividades específicas, programas, publicações, textos adotados, vídeos e *podcasts* para apoiar e supervisionar a Educação para a Cidadania Democrática/Educação em Direitos Humanos (EDC/EDH) na Europa, incluindo materiais educativos sobre interculturalidade, não discriminação e inclusão. Para o Conselho da Europa, a educação desempenha um papel essencial na promoção dos seus valores fundamentais e é "cada vez mais vista como uma defesa contra o aumento da violência, do racismo, do extremismo, da xenofobia, da discriminação e da intolerância", desenvolve e disponibiliza à comunidade escolar vários recursos relevantes para a promoção dos direitos humanos e interculturalidade.

Recursos Online

COMPASS: Manual for Human Rights Education with Young People 2015

<http://www.coe.int/en/web/compass>

A manual for people involved in value-based youth work and non-formal education, supporting the implementation of the Council of Europe Charter on Education for Democratic Citizenship and Human Rights Education (HRE). It is resource of information, tools and tips for HRE, with a special section on tips for teachers.

Education Pack: All Different, All Equal

<http://www.eycb.coe.int/edupack/default.htm>

Education pack - Idea, resources, methods and activities for informal intercultural education with young people and adults, including key concepts and basis for intercultural education and activities, methods and resources.

Domino

<http://www.eycb.coe.int/domino/default.htm>

A manual to use peer group education as a means to fight racism, xenophobia, anti-semitism and intolerance.

Intercultural competence for all: Preparation for living in a heterogeneous world. (2012)

http://www.coe.int/t/dg4/education/pestalozzi/Source/Documentation/Pestalozzi2_EN.pdf

The book proposes itself as a reader on the current state of work with regard to the development of intercultural competence for all citizens in Europe.

Human Rights Education in the School Systems of Europe, Central Asia and North America: A Compendium of Good Practice. 2009

<http://www.ohchr.org/Documents/Publications/CompendiumHRE.pdf>

A compilation of 101 examples of good practice in human rights education in primary schools, secondary schools and teacher training institutions in the Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE) area. Aims at supporting quality teaching and inspire educational policymakers and administrators, teachers, teacher trainers, non-formal educators and all other interested actors, as well as to facilitate networking and the exchange of experience among education professionals.

The Right to Human Rights Education - A compilation of provisions of international and regional instruments dealing with human rights education

<http://www.ohchr.org/EN/Issues/Education/Training/Compilation/Pages/Listofcontents.aspx>

This compilation aims at further promoting human rights, and human rights education in particular.



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

Council of Europe Charter on Education for Democratic Citizenship and Human Rights Education

https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016805cf01f

The Charter is an important reference for all those dealing with citizenship and human rights education. It will hopefully provide a focus and catalyst for action in the member states. It is also a way of disseminating good practice and raising standards throughout Europe and beyond.

Charter for All

<https://rm.coe.int/168048d0b5>

The present version of the Charter is intended especially for young people, who would like to learn what this international legal document is about and how it can be used to promote democracy and human rights in the classroom, in the youth organisation and in society.

Council of Europe Charter on Education for Democratic Citizenship and Human Rights Education: Guidelines for Educators

<http://www.coe.int/en/web/edc/charter-for-all>

Guidelines for educators to provide advice for teachers and trainers on how to work with the “Charter for All” with children and young people.

Competences for Democratic Culture - Living together as equals in culturally diverse democratic societies

<https://rm.coe.int/16806ccc07>

A book presenting a new conceptual model of the competences which citizens require to participate in democratic culture and live peacefully together with others in culturally diverse societies.

Managing controversy developing a strategy for handling controversy and teaching controversial issues in schools

<https://rm.coe.int/16806ecd25>

This tool aims at helping to strengthen the managing of controversial issues at whole-school level.

Addressing violence in schools through education for democratic citizenship and human rights education

<https://rm.coe.int/16807004db>

A collaborative and reflective report on sustainable means for addressing and preventing violence in schools.

Living with Controversy: Teaching Controversial Issues through Education for Democratic Citizenship and Human Rights (EDC/HRE) - Training Pack for Teachers

<https://rm.coe.int/16806948b6>

A professional development programme for teachers which is designed to support and promote the teaching of controversial issues in European schools.

Travel Pass to Democracy: supporting teachers in preparing students for active citizenship

<http://pjp-eu.coe.int/documents/1417855/4703063/SupportingTeachers.pdf/54e5bc25-f81d-473f-a740-a6921c7ae7d1>

This booklet is an assessment of the state of citizenship and human rights education with a specific focus on teacher training.



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

How all Teachers can Support Citizenship and Human Rights Education: a framework for the development of competences

<https://rm.coe.int/16802f726a>

This publication presents the core competences that define the essential capabilities of teachers in implementation of EDC/HRE in the classroom, both throughout the whole school and in the wider community.

Educating for Democracy: background materials on democratic citizenship and human rights education for teachers.

<https://rm.coe.int/16802f727b>

A manual to support teachers and practitioners in Education for Democratic Citizenship and Human Rights Education (EDC/HRE).

Living in Democracy: EDC/HRE lesson plans for lower secondary level

<https://rm.coe.int/16802f7304>

A manual for teachers in citizenship and human rights education, textbook editors and curriculum developers. The lesson plans give step-by-step instructions and include student handouts and background information for teachers.

Taking part in Democracy: lesson plans for upper secondary level on democratic citizenship and human rights education

<https://rm.coe.int/16802f7305>

This manual contains nine teaching units in Education for Democratic Citizenship (EDC) and Human Rights Education (HRE) offering a specific approach to empower and encourage the students to participate in their communities.

Teaching Democracy: a collection of models for democratic citizenship and human rights education

<https://rm.coe.int/16802f7306>

This book contains a collection of 47 exercises and models for Education for Democratic Citizenship (EDC) and Human Rights Education (HRE) in schools and also in informal settings of education.

2.5 Educação sustentável e os ODS de 2030

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados em 2015 por todos os Estados-Membros das Nações Unidas, descrevem 17 objetivos transformadores e 169 metas, em diversas áreas de ação, a serem alcançadas até 2030. No seu Preâmbulo, esta Declaração sublinha que a sua Agenda é "um plano de ação para pessoas, planeta e prosperidade", que procura "fortalecer a paz universal em maior liberdade e reconhecer que erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável". Esta Agenda, apesar da sua natureza universal, visa "levar em conta diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitar as políticas e prioridades nacionais", envolvendo o mundo inteiro. Assim, é também o resultado de uma "intensa consulta pública e envolvimento com a sociedade civil e outras partes interessadas em todo o mundo" (artigo 6º).

O artigo 8.º desta Declaração é especialmente importante em matéria de competências interculturais, uma vez que destaca o "respeito pelos direitos humanos e a dignidade humana, o estado de direito, a justiça, a igualdade e a não discriminação", e a diversidade cultural.

A educação, apesar de ser essencial para todos os 17 ODS até 2030, é mencionada especificamente no Objetivo 4, que garante uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e para promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O Quadro de Ação para a Educação 2030 descreve as



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



Project Number: 2016-1-FR01-KA201-024133

diretrizes necessárias para atingir esse objetivo. É particularmente sublinhado no objetivo 4.7: " Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável". De fato, a Educação é um objetivo, mas também um meio para alcançar todos os outros ODS, representando, portanto, uma abordagem vital em relação aos ODS, através do reconhecimento da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (ESD). Isso pode ser possível através, por exemplo, de Educação para a Cidadania Global e Educação para os Direitos Humanos, tendo esses assuntos um papel importante na obtenção dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Recursos Online

Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development

<https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>

This document presents all the 2030 Agenda for Sustainable Development goals.

Education for Sustainable Development Goals Learning Objectives

<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002474/247444e.pdf>

A guide for education professionals on the use of ESD (Education for Sustainable Development), identifying indicative learning objectives, suggests topics and learning activities and implementation methods at different levels.

Agenda Education 2030 - Incheon Declaration and Framework for Action for the implementation of Sustainable Development Goal 4

<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002456/245656E.pdf>

This document outlines the Framework for Action for the implementation of Sustainable Development Goal 4

Unpacking Sustainable Development Goal 4 Education 2030

<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002463/246300E.pdf>

This guide, organised around a set of questions and answers to “unpack” SDG4, provides overall guidance for a deeper understanding of SDG4 within the 2030 Agenda for Sustainable Development.

International Task Force on Teachers for Education 2030

<http://www.teachersforefa.unesco.org/v2/index.php/en/>

A Global Alliance for EFA partners working together to address the “teacher gap”.

Quality Education: Why it Matters

http://www.un.org/sustainabledevelopment/wp-content/uploads/2017/02/ENGLISH_Why_it_Matters_Goal_4_QualityEducation.pdf

A two pages friendly user document highlighting why quality education matters in reducing inequality.



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.